

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Terra / Demarcação  
 Data: 06/04/94 Pg.: 306

ANDRÉ BRANT



O ministro Alexandre Dupeyrat quer uma comissão interministerial para estudar a demarcação das terras

# Reservas indígenas terão critérios mais rigorosos

As 266 reservas indígenas que ainda não foram demarcadas pelo governo deverão obedecer a uma regulamentação mais rigorosa para que os índios possam tomar posse em caráter permanente das terras, onde vivem. O ministro da Justiça, Alexandre Duperat, decidiu baixar portaria determinando o reexame das regras em vigor, sob o argumento de que as demarcações anteriores criaram inúmeros problemas, que precisam ter soluções concretas de agora em diante.

A revisão dos critérios de demarcação será realizada por uma comissão interministerial. O ministro acredita que o Ministério das Minas e Energia deve ser consultado sobre o interesse do governo em demarcar terras onde existam riquezas minerais. Ele considera a cooperação importante, já que a lei estipula que em

área indígena é proibida a exploração do subsolo tanto pelo governo federal como estadual.

A decisão do ministro foi baixada poucos dias após uma acirrada discussão sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, habitada pelos índios macuxi. A área é considerada a maior reserva de diamantes de todo o País. Lideranças indígenas estiveram com o ministro, solicitando urgência na demarcação das terras, problema que vem se arrastando há muitos anos. Na mesma semana, Duperat recebeu em audiência toda a classe política do estado, que pediu para que a reserva não fosse demarcada.

O conflito de interesses levou o ministro a rever os critérios demarcatórios, atualmente a cargo somente dos antropólogos e indi-

genistas da Fundação Nacional do Índio (Funai). Esses especialistas são os responsáveis pelas 266 demarcações realizadas até hoje na área. Entre as delimitações mais polêmicas está a das terras dos índios yanomami, também localizada em Roraima, com 9,4 milhões de hectares, e que possui volumes consideráveis de riquezas minerais.

A comissão terá prazo de 60 dias para opinar sobre a demarcação das reservas indígenas. Participam dos estudos do grupo de especialistas funcionários dos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária, além dos ministros chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, Secretaria de Assuntos Estratégicos, de Minas e Energia e Meio Ambiente e da Amazônia Legal.